

Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)

2º Trimestre de 2011

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional

No ano terminado no 2º trimestre de 2011, a necessidade de financiamento da economia estabilizou em 7,7% do PIB. A capacidade de financiamento das Famílias reduziu-se para 3,8% do PIB no mesmo período, menos 0,3 pontos percentuais que o verificado no ano acabado no 1º trimestre, devido essencialmente à redução da poupança corrente. A taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras manteve uma trajectória decrescente, o que não impediu o agravamento da necessidade de financiamento deste sector institucional. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras aumentou, reflectindo nomeadamente uma menor distribuição de dividendos. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas reduziu-se de 9,3%, no ano terminado no 1º trimestre, para 8,8% do PIB, no ano terminado no 2º trimestre de 2011.

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 2º trimestre de 2011 das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. **Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se a médias móveis de 4 trimestres (mm4) ou ao ano acabado no trimestre de referência**, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. As taxas de variação apresentadas, taxas de variação em cadeia, comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.

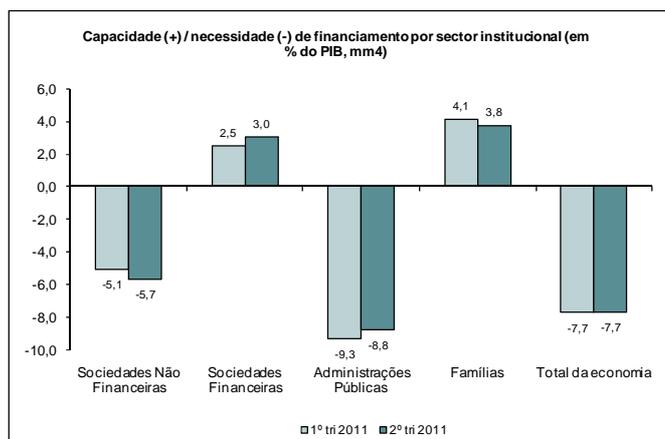
Adicionalmente, estas contas são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Esta nota informativa está organizada da seguinte forma: as próximas 4 secções descrevem a evolução

dos principais agregados por sector institucional; a secção seguinte sintetiza esta evolução em termos dos agregados respeitantes ao conjunto da economia portuguesa; a penúltima secção descreve o comportamento das remunerações e dos custos de trabalho por unidade produzida; a última secção refere os principais factores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

2º Trimestre 2011 – Principais resultados

No 2º trimestre de 2011 a necessidade de financiamento externo da economia estabilizou em 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB), valor idêntico ao verificado no trimestre anterior. Este comportamento, como se pode observar no gráfico seguinte, traduziu efeitos simétricos de igual magnitude: por um lado, verificou-se a deterioração dos saldos das Famílias e das Sociedades Não Financeiras; por outro, registou-se a melhoria dos saldos das Sociedades Financeiras e das Administrações Públicas.

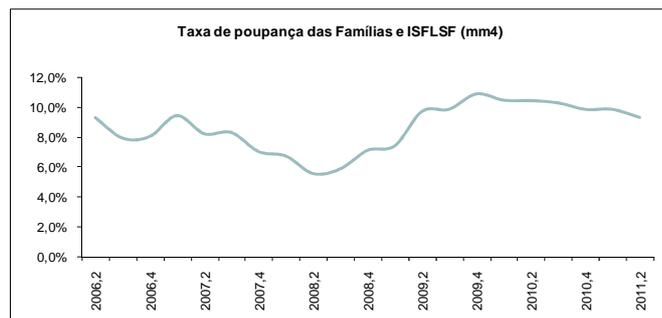


Sector das Famílias¹

A diminuição da capacidade de financiamento do sector das Famílias, que se fixou em 3,8% do PIB, menos 0,3 pontos percentuais (p.p.) que o registado no trimestre anterior, reflectiu sobretudo a diminuição da poupança corrente das Famílias. A taxa de poupança fixou-se em 9,3% (9,8% no primeiro trimestre de 2011). A poupança corrente das Famílias registou uma taxa de variação em cadeia de -6,1%, em consequência da diminuição do rendimento disponível das Famílias. Efectivamente, enquanto o consumo privado em termos nominais registou um crescimento marginal (com uma taxa de variação de 0,1%), o rendimento disponível diminuiu 0,5%, interrompendo o aumento continuado que se observava desde o 3º trimestre de 2009. Esta inversão da tendência reflectiu vários factores, nomeadamente, as alterações salariais na Administração Pública, com impacto negativo sobre as remunerações recebidas pelas Famílias (que registaram uma taxa de variação em cadeia de -0,3%) e a redução de 3,5% das prestações sociais recebidas líquidas de contribuições.

¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

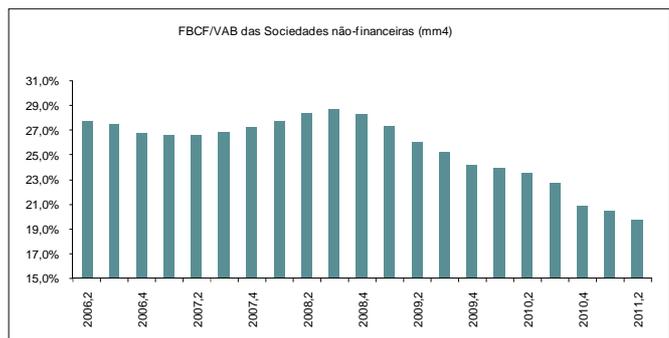
Registe-se também que o saldo de rendimentos primários diminuiu em relação ao trimestre precedente (-0,3%), apesar do aumento dos juros recebidos. Em larga medida, esta evolução foi influenciada pela considerável redução de dividendos e outros lucros distribuídos.



A redução expressiva do investimento das famílias no 2º trimestre (cerca de -2,3%) não impediu a diminuição da capacidade de financiamento das Famílias, visto que, como se referiu, houve uma considerável redução da poupança corrente e houve também uma redução das transferências de capital recebidas.

Sectores das Sociedades (financeiras e não-financeiras)

A Formação Bruta de Capital no sector das Sociedades Não Financeiras manteve uma trajectória decrescente, com uma taxa de variação em cadeia de -5,2% (-1,2% no 1º trimestre de 2011). A taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras (medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o Valor Acrescentado Bruto do sector) continuou a diminuir, fixando-se em 19,7% (menos 0,8 p.p. que a taxa observada no 1º trimestre de 2011).



Não obstante a redução do Investimento, a necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras no 2º trimestre agravou-se 0,6 p.p. do PIB para -5,7%, devido fundamentalmente à diminuição do excedente bruto de exploração, que registou uma taxa de variação em cadeia de -2,2%, e, em maior grau, ao agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade.

A capacidade de financiamento do sector das Sociedades Financeiras aumentou para 3,0% do PIB (mais 0,5 p.p. que no trimestre anterior), devido sobretudo à melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade. Este resultado reflecte nomeadamente a contenção na distribuição dos lucros por várias unidades deste sector institucional.

Considerando, em conjunto, os dois sectores das sociedades, a necessidade de financiamento agravou-se ligeiramente em cerca de 0,1 p.p. do PIB, para -2,7%.

Sector das Administrações Públicas

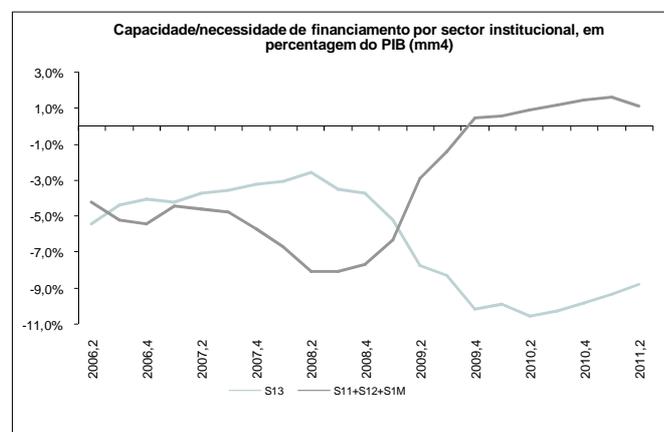
A necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou uma diminuição de 0,5 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2011, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 8,8% do PIB. Esta redução da necessidade de financiamento resultou essencialmente de uma

poupança corrente menos negativa que a do trimestre anterior. A melhoria da poupança corrente foi devida à redução da despesa de consumo final das AP, que registou uma taxa de variação em cadeia de -2,7% e esteve associada ao comportamento das remunerações e das prestações sociais em espécie, que registaram taxas de variação em cadeia de -1,9% e -2,9%, respectivamente. Estas variações mais que compensaram o agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade onde se incluem os juros da dívida pública.

Comparativamente ao trimestre homólogo houve uma melhoria da necessidade de financiamento em cerca de 960 milhões de euros.

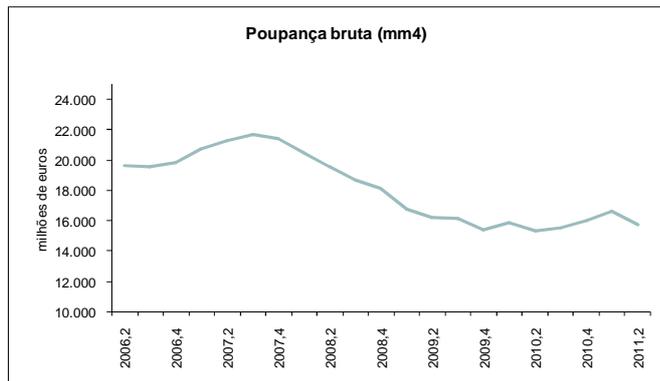
Tomando como referência valores semestrais, o défice das AP situou-se no 1º semestre de 2011 em cerca de 6995,4 milhões de euros (8,3% do PIB). No semestre homólogo do ano anterior, este défice foi de 8728,7 milhões de euros (10,4% do PIB).

A melhoria do saldo das AP no 2º trimestre de 2011 foi acompanhada pela deterioração do saldo conjunto das Sociedades e das Famílias, como se pode observar no gráfico seguinte.



Total da Economia

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, no ano terminado no 2º trimestre de 2011, uma taxa de variação em cadeia de -1,1%, inferior em 0,9 p.p. à taxa de variação do PIB, reflectindo o aumento do défice dos rendimentos primários com o exterior. O comportamento dos rendimentos primários, que compreendem designadamente juros e dividendos, reflectiu a evolução divergente dos rendimentos primários pagos e recebidos do exterior, que registaram taxas de variação em cadeia de 4,3% e de -4,2%, respectivamente.



A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 3% relativamente ao ano terminado no 1º trimestre de 2011, o que compensou inteiramente a diminuição da poupança bruta, tendo-se mantido em consequência a necessidade de financiamento externo da economia em 7,7% do PIB.

| ano acabado no trimestre | PIB | | RNB | | RDB | |
|--------------------------|------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------------|
| | milhões de euros | taxa de variação em cadeia (%) | milhões de euros | taxa de variação em cadeia (%) | milhões de euros | taxa de variação em cadeia (%) |
| 2008T1 | 170 301 | 0,6 | 164 682 | 0,4 | 166 341 | 0,4 |
| 2008T2 | 171 294 | 0,6 | 165 430 | 0,5 | 166 961 | 0,4 |
| 2008T3 | 172 123 | 0,5 | 165 921 | 0,3 | 167 557 | 0,4 |
| 2008T4 | 171 983 | -0,1 | 165 836 | -0,1 | 167 636 | 0,0 |
| 2009T1 | 170 738 | -0,7 | 164 222 | -1,0 | 165 956 | -1,0 |
| 2009T2 | 169 286 | -0,9 | 162 659 | -1,0 | 164 334 | -1,0 |
| 2009T3 | 168 660 | -0,4 | 162 405 | -0,2 | 163 846 | -0,3 |
| 2009T4 | 168 586 | 0,0 | 161 761 | -0,4 | 163 086 | -0,5 |
| 2010T1 | 169 705 | 0,7 | 163 237 | 0,9 | 164 489 | 0,9 |
| 2010T2 | 170 948 | 0,7 | 164 474 | 0,8 | 165 863 | 0,8 |
| 2010T3 | 172 435 | 0,9 | 165 693 | 0,7 | 167 157 | 0,8 |
| 2010T4 | 172 799 | 0,2 | 167 039 | 0,8 | 168 356 | 0,7 |
| 2011T1 | 173 123 | 0,2 | 167 527 | 0,3 | 169 032 | 0,4 |
| 2011T2 | 172 747 | -0,2 | 165 745 | -1,1 | 167 234 | -1,1 |

unidade: % do PIB

| ano acabado no trimestre | Poupança Bruta | Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo | Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos | Capacidade/necessidade líquida de financiamento |
|--------------------------|----------------|--|--|---|
| 2008T1 | 12,0 | 1,1 | 22,9 | -9,7 |
| 2008T2 | 11,4 | 1,1 | 23,1 | -10,6 |
| 2008T3 | 10,9 | 0,9 | 23,3 | -11,6 |
| 2008T4 | 10,6 | 1,0 | 22,9 | -11,4 |
| 2009T1 | 9,8 | 0,8 | 22,1 | -11,5 |
| 2009T2 | 9,6 | 1,0 | 21,2 | -10,6 |
| 2009T3 | 9,6 | 1,1 | 20,4 | -9,7 |
| 2009T4 | 9,2 | 1,1 | 19,9 | -9,7 |
| 2010T1 | 9,4 | 1,1 | 19,8 | -9,3 |
| 2010T2 | 9,0 | 1,0 | 19,6 | -9,6 |
| 2010T3 | 9,0 | 1,0 | 19,2 | -9,1 |
| 2010T4 | 9,3 | 1,4 | 19,0 | -8,4 |
| 2011T1 | 9,6 | 1,4 | 18,8 | -7,7 |
| 2011T2 | 9,1 | 1,4 | 18,2 | -7,7 |

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação idêntica à do RNB (-1,1%). Como a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 0,6%, verificou-se em consequência uma diminuição da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.

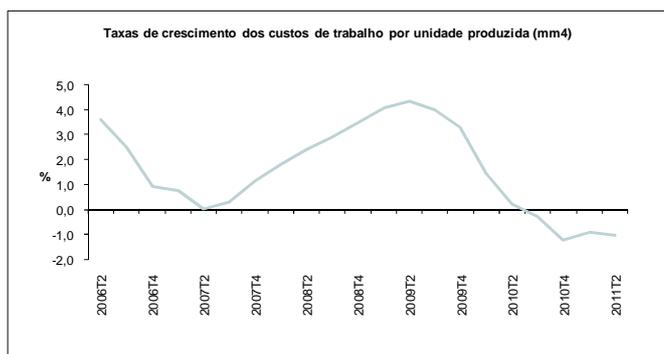
Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

A remuneração média² desacelerou, estimando-se que a taxa de crescimento do ano acabado no 2º trimestre de 2011 face ao período homólogo de 2010 tenha atingido 0,5%, menos 0,8 p.p. que a mesma taxa no trimestre anterior.

² Remuneração por trabalhador.

Esta desaceleração reflectiu, em grande medida, a evolução das remunerações nas AP.

A desaceleração da remuneração média associada ao comportamento da produtividade determinou a continuação da variação negativa dos CTUP.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as

consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 1º trimestre de 2011, é de destacar:

- (i) As revisões no sector das AP que reflectem essencialmente as alterações decorrentes dos factos apurados sobre despesas e dívidas da Administração Regional da Madeira, com maior impacto no 4º trimestre de 2010;
- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT);
- (iii) Outras alterações decorrentes da utilização de informação de base revista, nomeadamente da Balança de Pagamentos.

Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11)**, **Sociedades financeiras (S12)**, **Administrações Públicas (S13)**, **Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M)**, **total da economia (S1)** e **Resto do Mundo (S2)**:

– Operações sobre bens e serviços (P):

- P.1 Produção
- P.2 Consumo intermédio
- P.3 Despesa de consumo final
 - P.31 Despesa de consumo individual
 - P.32 Despesa de consumo colectivo
- P.4 Consumo final efectivo
 - P.41 Consumo efectivo individual
 - P.42 Consumo efectivo colectivo
- P.5 Formação bruta de capital
 - P.51 Formação bruta de capital fixo
 - P.52 Variação de existências
- P.53 Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e serviços
 - P.61 Exportação de bens
 - P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
 - P.71 Importação de bens
 - P.72 Importação de serviços

– Operações de distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
 - D.11 Ordenados e salários
 - D.12 Contribuições sociais dos empregadores
 - D.121 Contribuições sociais efectivas dos empregadores
 - D.122 Contribuições sociais imputadas dos empregadores
- D.2 Impostos sobre a produção e a importação

| | |
|------|--|
| D.21 | Impostos sobre os produtos |
| D.29 | Outros impostos sobre a produção |
| D.3 | Subsídios |
| D.31 | Subsídios aos produtos |
| D.39 | Outros subsídios à produção |
| D.4 | Rendimentos de propriedade |
| D.41 | Juros |
| D.42 | Rendimentos distribuídos das sociedades |
| D.43 | Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos |
| D.44 | Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros |
| D.45 | Rendas |
| D.5 | Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc. |
| D.6 | Contribuições e prestações sociais |
| D.61 | Contribuições sociais |
| D.62 | Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie |
| D.63 | Transferências sociais em espécie |
| D.7 | Outras transferências correntes |
| D.71 | Prémios líquidos de seguros não-vida |
| D.72 | Indemnizações de seguros não-vida |
| D.73 | Transferências correntes entre administrações públicas |
| D.74 | Cooperação internacional corrente |
| D.75 | Transferências correntes diversas |
| D.8 | Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões |
| D.9 | Transferências de capital |
| D.91 | Impostos de capital |
| D.92 | Ajudas ao investimento |
| D.99 | Outras transferências de capital |
| D.92 | Subsídios ao investimento |
| D.99 | Outras transferências de capital |

- Outros registos de acumulação (K)

| | |
|-----|-------------------------|
| K.1 | Consumo de capital fixo |
|-----|-------------------------|

- Saldos (B)

| | |
|---------|--|
| B.1 | Valor acrescentado / B.1* Produto interno |
| B.2/B.3 | Excedente de exploração/ Rendimento misto |
| B.5 | Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional |
| B.6 | Rendimento disponível |
| B.7 | Rendimento disponível ajustado |
| B.8 | Poupança |
| B.9 | Capacidade/necessidade líquida de financiamento |